

A CENTRALIDADE DO HUMANO E A SEGURANÇA INTERNACIONAL

SUMÁRIO:

Editorial
José Manuel Pureza 1

Teoria da P@X
Segurança humana e pós-intervenção: o caso da Líbia
David Chandler 2-4

David Chandler e a reflexão sobre o sujeito humano
Sarah da Mota 5-7

Recensão
Security beyond the State: Private Security in International Politics
Otávio de Melo Neto 8-9

Observatório da P@x 10-12

Estudos da P@x
Políticas de intervenção: uma perspectiva crítica sobre Portugal e a Alemanha no Afeganistão
André Barrinha, Maria Raquel Freire, Paula Duarte Lopes e Pascoal Pereira 13-14

O ser humano e a segurança: algumas considerações pessoais
Giovanni Ercolani 15-17

Sotão dos EP 18-21

P@X
Coordenação Linha de Estudos para a Paz/CES:
José Manuel Pureza

Número temático organizado por:
Programa de Doutoramento em Política Internacional e Resolução de Conflitos 2010-2014

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia Santos

Edição e revisão:
Rita Santos e Sofia Santos

Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP)
Centro de Estudos Sociais
Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
Portugal
Tel: + 351 239 855593
Fax: + 351 239 855589
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nhumep/pages/pt/apresentacao.php>
paxinfo@ces.uc.pt

Editorial

Este número do P@x debruça-se sobre o significado e o alcance dos discursos centrados no humano – por oposição aos tradicionais discursos estatocêntricos – no domínio da segurança internacional. A viragem ontológica registada no discurso dominante das Relações Internacionais – e na segurança internacional em particular – a partir da década de noventa, com a superação do estatocentrismo absoluto e a introdução crescente de referências aos indivíduos como referentes da resposta à pergunta “whose security?” tem vindo a ser objeto de leituras diversas.

A primeira é uma leitura apologética, segundo a qual o conceito de segurança humana condensa a quebra da blindagem potencialmente opressiva da exclusividade dos Estados como referenciais da segurança internacional. Essa ruptura operada pela emergência da noção de segurança humana constituiria por isso um corte emancipador. Ora, como lembra o artigo de Sarah da Mota, esta leitura apologética é expressão do triunfalismo do pensamento liberal. A segurança humana e a responsabilidade de proteger são os novos nomes da continuidade com um longo processo histórico em que o humanismo abstrato foi suporte de políticas de expansão do *modus vivendi* ocidental de que o individualismo, a menorização dos sujeitos não ocidentais e a unilateralidade do conceito de moralidade são as

marcas mais importantes. Nesse sentido, o “*human turn*” pode bem ser visto como dispositivo de um biopoder disciplinar de escala global, estando as suas materializações – como a segurança humana – apontadas à contenção da turbulência das periferias. Em última análise, para esta outra leitura a segurança humana constitui o núcleo de uma ideologia de justificação de um intervencionismo global vocacionado para a padronização de modos de vida e para a governação das *borderlands*.

A evolução política das práticas associadas à segurança humana, que conduziram ao conceito de responsabilidade de proteger, parece dar razão a esta leitura crítica. A responsabilidade de proteger é uma alternativa semântica à intervenção humanitária que, não obstante, dela mantém a lógica disciplinar e normalizadora assente numa matriz ocidental que não faz mais do que tentar replicar globalmente dando-a como modelo.

David Chandler, um dos autores de referência do debate sobre esta mudança e o seu alcance efetivo, traz-nos elementos de primeira importância para um entendimento rigoroso do que está hoje em causa. Tomando a recente intervenção da NATO na Líbia como ilustração, Chandler sublinha a necessidade de registarmos a heterogeneidade conceitual no interior do campo do intervencionismo

humanitário. O que há de novo no caso líbio relativamente aos precedentes de intervenção humanitária é o discurso do primado do poder e das capacidades dos atores internos sobre a intervenção externa. A visão que prevaleceu nos anos noventa e nos primeiros anos deste século – na qual a assunção direta de responsabilidades de contenção pelos interventores externos era central – parece ter dado lugar a um novo discurso, com um nível de expectativas muito mais limitado e em que a identidade dos sujeitos de mudança se sobrepõe aos horizontes (e aos resultados) dessa mesma mudança. A expressão “pós-intervencionismo”, empregue por David Chandler, sendo porventura forçada, traduz essa aparente nova primazia do procedimental sobre o substantivo.

As implicações dos novos contornos da segurança humana para os estudos para a paz são irrecusáveis. Está em causa avaliar as dinâmicas de paz e de violência estruturais e culturais que neles vão vertidas. E esse é um programa de investigação a que o P@x não se furtará.

José Manuel Pureza/NHUMEP

Teoria da P@X

SEGURANÇA HUMANA E PÓS-INTERVENÇÃO: O CASO DA LÍBIA

Na década de 1990, os principais debates sobre a segurança internacional foram estabelecidos em termos da política se dever centrar no ser humano ou no Estado. Hoje, talvez possamos ir além deste binário para entender que dentro do enquadramento de intervenções centradas no indivíduo há distinções conceituais vitais. As abordagens de intervenção humanitária centrada no indivíduo e nos direitos humanos foram postuladas sobre os entendimentos internacionalistas liberais da "domesticação" da esfera internacional, sob a governação global, a ética e o direito: a afirmação de direitos soberanos globais de intervenção e a limitação da soberania do Estado. A segurança humana sempre repousou fragilmente sobre este enquadramento intervencionista liberal global e pode ser melhor compreendida discursivamente como a construção de uma ordem "pós-intervencionista". A ordem mundial pós-intervencionista já não justapõe a intervenção externa à soberania, como se esta fosse um jogo de soma nula, ou articula a intervenção na linguagem liberal de um choque de direitos ou como um problema que precisa de uma solução legal.

Neste paradigma, a gestão externa ou intervenção nos assuntos dos outros é entendida como um processo de empoderamento, de prevenção e de capacidade – e construção de competências. Esta transferência de poder, mais ampla e mais orientada para os agentes, talvez possa hoje ser entendida como reflexo de uma desilusão, somada a promessa de soluções ocidentais dos anos 1990 e, ainda, como uma percepção de um conjunto de expectativas substancialmente mais baixas. A abordagem da segurança humana centrada no agente baseia-se na rejeição de tentativas de resolução direta dos problemas através da disponibilização de recursos sociais, económicos e militares externos, do tipo associado com protecção *post-hoc* ou reativa.

Esta mudança foi precisamente demonstrada pelo bombardeamento da Líbia e pelo derrube do regime do coronel Khadafi, em 2011, anunciado por muitos analistas de relações

internacionais como um regresso à era de intervenção humanitária da década de 1990.



"Free Lybia", NATO, Outubro de 2011

No entanto, o bombardeamento da Líbia claramente não se enquadrou no quadro ético, político e legal dos anos 1990. A campanha da Líbia não apresentou o bombardeamento "humanitário" como um enfraquecimento ou recuo da soberania do Estado. Não houve reivindicação de direitos soberanos externos nem os intervenientes internacionais assumiram a responsabilidade soberana de proteger o povo líbio. A zona de exclusão aérea - e a sua aplicação alargada - foi discutida como facilitadora da ação ativa do povo líbio, de forma a permitir e facilitar o processo de autodefesa.

As abordagens pós-intervencionistas ou preventivas ainda podem utilizar meios militares, como demonstrou o bombardeamento da Líbia. No entanto, a estrutura conceitual é distinta, e esta distinção é vital para a compreensão da mudança de paradigma que aqui ocorre. A forma ou a aparência é a mesma - bombas humanitárias e mudança de regime - mas o conteúdo conceitual é diferente [1].

A Líbia ilustra o modo como o discurso pós-intervencionista opera num registo diferente e distinto, dissolvendo a clareza do enquadramento liberal de segurança na linguagem da criação de capacidades e boa governação. O período pós-intervenção não pode ser compreendido nos termos legais e políticos da década de 1990, onde a intervenção foi concebida em termos de um choque de direitos legais e políticos e reivindicações soberanas antagónicas de ação securitária.

Teoria da P@X

Foi precisamente esta mudança paradigmática que permitiu à Líbia ser aclamada como o sucesso que outras intervenções humanitárias não conseguiram alcançar. Isto, é essencial que se note, independentemente do resultado final. Sem a responsabilidade ocidental pelos resultados da intervenção na Líbia e sem qualquer promessa transformadora, as potências ocidentais fortaleceram-se moralmente e politicamente através das suas ações, enquanto na Bósnia, Kosovo, Afeganistão e Iraque, estas foram desacreditadas e muitas vezes humilhadas. O caso da Líbia representa uma intervenção livre da bagagem internacionalista liberal, onde o Ocidente poderia capitalizar créditos alheios e distanciar-se de quaisquer consequências. O próprio ex-governador colonial da Bósnia, Lord Ashdown, argumentou que devemos aprender as nossas lições e não sermos tentados a impor a nossa versão da paz liberal (Ashdown, 2011). Como o parlamentar britânico Rory Stewart astutamente assinalou, se a Líbia foi um sucesso, foi porque esta "não foi algo próximo, de todo, de uma intervenção" (Stewart, 2011).

QuickTime™ and a decompressor are needed to see this picture.

Celebração nas ruas, Agosto de 2011, Alexandre Meneghini/AP.

O enquadramento da segurança humana é apresentado como uma democratização radical da segurança, onde os seus referentes são os mais vulneráveis e os mecanismos são aqueles que potenciam as suas próprias capacidades de segurança. Este quadro equivale à intervenção com o fim de proteger através da capacitação ou empoderamento, em vez de proceder a uma intervenção externa soberana. O discurso da segurança humana inverte uma compreensão liberal tradicional do poder securitizador soberano.

A ênfase já não está na intervenção externa soberana ou no ator internacional enquanto agente de segurança, o discurso de fortalecimento da segurança humana insiste em que a ênfase deve estar num entendimento "bottom up" da mesma. A agência securitizadora é assim "desliberalizada" neste discurso. Este é um apelo distante do enquadramento do contrato social da modernidade liberal com a constituição coletiva de agência securitizadora ao nível estatal [2]. A segurança humana como um discurso pós-intervenção funciona em sentido inverso. Ao invés de transferir o poder securitário para o soberano, esse poder é descentralizado ou disperso pela sociedade.

A segurança humana procura colocar a atuação do sujeito não-ocidental no centro das práticas de segurança. A crise do intervencionismo liberal, evidente no enfraquecimento da autoridade e reputação da ONU no final da década de 1990 e nos medos relativamente ao futuro do direito internacional, parece ter sido resolvida através da reinserção de preocupações políticas ocidentais dentro do paradigma da segurança humana de empoderamento e pós-intervenção. Quando este paradigma estiver conceitualmente esgotado, talvez seja possível entender o enquadramento de segurança humana não como marginal e definitivamente não tão distinto do (ou como alternativa ao) uso coercivo da força militar, mas, de fato, como dominando a agenda internacional e resgatando a credibilidade das campanhas militares, esquivando-se e minimizando os problemas da responsabilização jurídica, da legitimidade moral e da responsabilidade política.

David Chandler

D.Chandler@wmin.ac.uk

Professor de Relações Internacionais da Universidade de Westminster, no Reino Unido. É editor do *Journal of Intervention and Statebuilding*. Mais informações sobre o seu trabalho podem ser encontradas no sítio: www.davidchandler.org

Teoria da P@x

Notas:

[1] Como afirma Foucault, isto não é uma questão de as áreas ou esferas de intervenção estarem a ser alteradas – os debates da década de 1990 sobre soberania e intervenção foram resolvidos até este ponto – mas sobre como intervir: “o problema não é se existem coisas em que não se pode tocar e outras em que lhe é concedido o direito de tocar. O problema é como se lhes toca. O problema é o modo como se fazem as coisas, o problema, se preferir, é o do estilo governamental” (2008: 133).

[2] Ver, a título de exemplo, a discussão de Foucault sobre a problemática da intervenção liberal, ou a “economia liberal do poder” (2008: 65).

Referências bibliográficas:

Ashdown, Paddy (2011), “Ray-Bans and pick-ups: this is the future; Iraq-style intervention is over. The messy Libyan version will be our model from now on”, *The Times*, 26 August.

Foucault, Michel (2008), *The Birth of Biopolitics: Lectures at the Collège de France 1978- 1979*. Basingstoke: Palgrave.

Stewart, Rory (2011), “What can Afghanistan and Bosnia teach us about Libya?”, *Guardian*, 8 October.

*** Traduzido por Amanda Daltro Sanches e Pedro dos Reis Nunes, Doutorandos em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Teoria da P@x

DAVID CHANDLER E A REFLEXÃO SOBRE O SUJEITO HUMANO

Numa altura em que os modelos socioeconómicos dominantes parecem estar a esgotar-se, e a condução da democracia se encontra num caminho ambíguo, abordar a questão do Humano é essencial, é ir ao cerne de todas as questões mais urgentes, é concentrar-se na mais natural das componentes do sistema internacional. No campo dos Estudos sobre Segurança, a questão do “sujeito” de segurança é uma das mais prementes, senão a mais debatida: quem ou o que deve ser assegurado? Atribuir a qualidade “humana” ao sujeito de segurança representa uma superação integral do pensamento centrado nas questões de segurança nacional. Neste contexto, retomar as questões levantadas por um autor para quem a centralidade do Humano constitui uma preocupação ontológica e filosófica há já vários anos é portanto uma tarefa de atualidade, permitindo aprofundar a compreensão do tema, e por isso relembramos neste ensaio as principais reflexões que David Chandler levantou na sua abordagem do “sujeito humano”, no passado dia 23 de Setembro em Coimbra.

Ao longo das suas obras, David Chandler tem procurado compreender como as escolhas humanas têm resultado num considerável fracasso, nomeadamente no contexto liberal. Chandler não tem hesitado em criticar os modelos dominantes e as tendências conceptuais e normativas que conheceram uma rápida popularidade no campo militar e securitário, como é o caso do surto de moralidade na política externa, que deu posteriormente lugar à emergência do princípio da *Responsabilidade de Proteger*. Esta é uma marca que perpassa as principais obras do autor que, além de sublinhar as perversidades que resultam desta suposta “responsabilidade de proteger”, não se tem escusado de criticar o modelo de humanitarismo em vigor desde os anos 1990 (Chandler, 2002; 2004), assim como reprova um conceito de Segurança Humana que

carece de objetividade e que propicia a expansão do biopoder (Chandler, 2008a; 2008b). Outra censura do autor dirige-se ainda à forma como os pressupostos do Liberalismo têm sido impostos na cena internacional, o que tem resultado numa atuação não liberal que visa a manutenção do *status quo* e a imposição de um *modus vivendi* ocidental (Chandler, 2003; 2010).

David Chandler, <http://www.davidchandler.org/>

Chandler desconfia de regimes internacionais que privilegiam os direitos individuais, pois vê neles a marca de processos políticos ao longo dos quais a noção do Humano foi manipulada e orientada para ideias de individualismo, ocidentalismo liberal, dependência dos sujeitos não ocidentais, e unilateralidade do conceito de moralidade. O autor destaca bem o carácter forçado e artificial da introdução de valores morais no sistema de segurança coletiva, fenómeno no qual a instrumentalização da linguagem aparece como um elemento transversal. A partir desta desconstrução do Humano, Chandler transmitiu em Coimbra a ideia de que o mundo estaria absorvido pela centralidade do mesmo. Chandler evidenciou como o Humano representa hoje um problema, encerrado num projeto – liberal – de limites e restrições práticas e discursivas, enclausurado numa concepção na qual o mundo envolvente e o próprio meio ambiente são esquecidos numa nebulosa incerta. No entender de Chandler, a verdadeira humanização só pode acontecer quando se libertar o Humano desses mesmos constrangimentos.

Outro ponto importante da intervenção de Chandler em Coimbra focou justamente esta relação ambígua entre o meio ambiente,

Teoria da P@x

Humano, as representações dos problemas, e as escolhas delineadas para resolver esses problemas. Na verdade, diz o autor, o ambiente julga o Humano, dizendo-lhe que tem agido mal. O que ele quererá dizer com isto é que o meio ambiente em que o Humano tem de (sobre)viver se manifesta de formas adversas para ele próprio (através de guerras, por exemplo), mostrando-lhe o quão mal ele tem gerido esse meio ambiente. Isto leva Chandler aos seguintes questionamentos: será que nós escolhemos o conflito, a falta de democracia, os problemas ambientais? De que forma podemos transformá-los? Numa era global, já não haverá diferença entre o sujeito humano e o mundo. Os problemas de hoje já não podem apenas ser resolvidos pela ciência e pela tecnologia, e não seremos capazes de resolvê-los enquanto considerarmos esses problemas como exteriores a nós, refere Chandler (2011). Entendemos desta ideia que é portanto vital interiorizar e apropriar-se dos problemas do mundo, e inserir o Humano neles. Somos responsáveis pelo mundo na forma como se encontra; uma vez que somos responsáveis pelo mundo em que vivemos; o estado em que o mundo se encontra apenas demonstra que não somos capazes de fazer escolhas, porque simplesmente “não somos bons nisso” (Chandler, 2011).

Resumindo, enquadram-se duas principais vertentes a respeito da abordagem contemporânea do Humano. A primeira é conceptual e remete para a ideia de *mainstreaming* do Humano através de noções como a de Segurança Humana ou desenvolvimento humano, ambas popularizadas enquanto objeto de ação humanitária e de políticas de segurança internacional. A questão da construção linguística e discursiva é omnipresente e subjacente a essa aceitação, e permitiu que, na aplicação prática e operacionalização desses conceitos, estes fossem abusados e associados a manobras de destruição e violência (Bellamy, 2004; Durodié, 2010; Watson, 2011). A emergir desse processo, surge a ideia de uma moralidade forçada e artificial, tendência que alguns autores atribuem à obra do Liberalismo (Tahmasebi, 2010; Weber, 2010; Wieland, 2005).

A segunda vertente é filosófica e remete para algumas contradições. Com efeito, o que o Liberalismo preconiza não é propriamente o *Humano*, mas sim o *indivíduo*, colocando-o num plano afastado da realidade terrena ao considerar apenas os seus valores políticos e não a finitude da sua vida humana (Levinas, 1990: 69). Existe portanto, com o Liberalismo, um desfazimento conceptual na interpretação dos fatos políticos que não tem em conta a moralidade, os efeitos normativos e éticos das políticas adotadas nas vidas dos indivíduos. Poderá assim ter-se gerado uma tensão conceptual, em que a referência ao Humano automatizou uma compreensão direcionada para um ser humano em particular, o indivíduo, por oposição ao Estado, entidade subjetiva e coletiva.

Depreende-se, portanto, da leitura de Chandler que o problema reside numa centralidade que é mal orientada por um projeto liberal que tornou o Humano numa entidade incorpórea e sem sentido, valorizada apenas pelas suas características subjetivas, e não pela sua finitude física. Chandler não traz com o tema do “sujeito humano” uma preocupação fundamentalmente nova – quer nele, quer no panorama da literatura crítica. Não obstante, considerar o Humano é considerar a humanidade na sua ontologia mais universal, tal como estimamos que David Chandler o fez em Coimbra. Apelar à humanidade é invocar o valor ético e moral do indivíduo, a consciência de si próprio inserido num todo, zelando por um bem comum – o Humanismo – e não por um bem privado, fomentado pelo Liberalismo. Com estes elementos estruturantes do valor das escolhas humanas e do valor do próprio Humano, Chandler testemunhou de uma necessidade de recentrar o pensamento no que é mais essencial – o sujeito humano.

Sarah da Mota

sarah.damota@gmail.com

Doutoranda em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Teoria da P@x

Referências:

Bellamy, Alex (2004), "Ethics and intervention: the 'humanitarian exception' and the problem of abuse in the case of Iraq", *Journal of Peace Research*, Vol. 41, nº2, 131-147.

Chandler, David (2002), *From Kosovo to Kabul (and beyond): Human Rights and International Intervention*. London: Pluto Press.

Chandler, David (2003) "Review essay – Expanding the research agenda of Human rights: a reply to Bellamy", *The International Journal of Human Rights*, Vol. 7, nº1, Spring, 128-140.

Chandler, David (2004), "The Responsibility to Protect? Imposing the 'liberal peace'", *International Peacekeeping*, Vol. 11, nº1, Spring, 59-81.

Chandler, David (2008a), "Human Security: the dog that didn't bark", *Security Dialogue*, Vol. 39, nº4, 427-438.

Chandler, David (2008b), "Human Security II: waiting for the tail to wag the dog – a rejoinder to Ambrosetti, Owen and Wibben", *Security Dialogue*, Vol. 39, nº4, 463-469.

Chandler, David (2010), "The uncritical critique of 'liberal peace'", *Review of International Studies*, British International Studies Association, 1-19.

Chandler, David (2011), "Rethinking the Human Subject", Aula aberta, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 23 de Setembro 2011.

Durodié, Bill (2010), "Human Security – a retrospective", *Global Change, Peace & Security*, Vol. 22, nº3, October, 385-390.

Levinas, Emmanuel (1990), "Reflections on the Philosophy of Hitlerism", *Critical Inquiry*, Vol. 17, 63-71.

Tahmasebi, Victoria (2010), "Does Levinas justify or transcend liberalism? Levinas on human liberation" *Philosophy Social Criticism*, Vol. 36, nº5, 523-544.

Watson, Scott (2011), "The 'human' as referent object? Humanitarianism as securitization", *Security Dialogue*, Vol. 42, nº1, 3-20.

Weber, Cynthia (2010), "After Liberalism" *Millennium – Journal of International Studies*, Vol. 38, nº3, 553-560.

Wieland, Carsten (2005), "The bankruptcy of Humanism? Primordialism dominates the agenda of international politics", *Internationale Politik und Gesellschaft*, Nº 4, 142-158.

Recensão

Abrahamsen, Rita; Williams, Michael C. (2011), *Security beyond the State: Private Security in International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

A nova estrutura global de governação no contexto pós-Guerra Fria aponta para uma redefinição do papel do Estado - internamente e externamente -, a inserção de novos atores, o repensar de prioridades globais e, uma nova dinâmica de conceitos na qual a segurança se destaca.

A obra *Security Beyond the State: Private Security in International Politics*, escrita por Rita Abrahamsen e Michael C. Williams (Cambridge University Press), apresenta uma análise sobre o retorno do “mercenarismo” nesta nova era global, cujo forte impacto nas questões militares e a presença das empresas privadas de segurança no quotidiano de muitos países - em mais de 110 -, torna urgente a discussão quanto ao significado e aos impactos dessas empresas. Além disso aborda os reflexos que daí decorrem, sendo estes apontados para além das questões militares, e abarcando questões de ordem política, económica e social.

Nas últimas décadas, as empresas de segurança privada conheceram um crescimento comercial considerável e atingirão, em 2015, um montante aproximado de US\$ 230 mil milhões, o que corresponde a um crescimento de 8% ao ano. O crescimento deste setor acarreta várias questões em termos de responsabilidade, igualdade e violência, além de repercussões significativas ao nível do conceito de segurança.

Um dos pontos centrais do livro é a desconstrução, através de fatores históricos e de discurso, do papel do público e do privado no contexto da segurança, passando pela criação da ideia webberiana de monopólio da força e por uma posição firme em torno do poder simbólico e material do Estado, que, segundo os autores, está a ser reconfigurado e não necessariamente enfraquecido. Desta forma, a relação construída entre o público, o privado e a segurança, articulada com políticas neoliberais, acaba por provocar mudanças que influenciaram/influenciam diretamente o processo de privatização da segurança. Para melhor entender este processo é importante prestar uma atenção especial à forma como a segurança é gerida nas democracias liberais.

Entre os problemas apontados na obra relativamente aos estudos efetuados sobre empresas de segurança privada, está o perigo da generalização, que pode produzir um “*mercenary misconception*”, levando a literatura a tratar o assunto como ilegal e/ou imoral, em vez de analisar sua influência nas relações socioeconómicas de modo a construir um ambiente transnacional de governação da segurança. À dicotomia público-privado, os autores acrescentam a dialógica construída entre local e global, assim como sua relação com a segurança, que juntos têm influenciado e legitimado o poder ao longo dos séculos.

A matriz argumentativa dos autores encontra-se na afirmação de que a privatização da segurança não é sinónimo da mercantilização do militar, uma vez que o processo de globalização faz emergir “*global security assemblages*”, estruturas transnacionais de rede de relacionamento que permitem a interação entre os atores em busca de uma governação da segurança, através do estabelecimento de parâmetros normativos. O crescimento e a globalização desse mercado contribui para a criação de atores transnacionais de segurança, tornando latentes atritos relativos à criminalidade e à punição dos seus próprios atos. Nesse sentido, uma análise da justiça e da criminologia torna-se fulcral.

Outro ponto relevante é o aumento dos empregos na área de segurança privada nos últimos 50 anos. Por vezes, um Estado emprega mais seguranças privados que efetivos de forças policiais e armadas juntas. Um exemplo gritante desta realidade é a Bulgária, que emprega 130,000 pessoas em empresas de segurança privada e apenas 28,000 polícias. Nota-se, no decorrer da análise, que este processo está relacionado com o forte desemprego na área militar no pós-Guerra Fria, e com alguns fatores institucionais facilitadores como a institucionalização da segurança privada em países como a Rússia.

A área geográfica analisada no livro é o continente africano, devido à popularização do uso destas empresas, que estiveram e estão presentes na criação de boa parte dos Estados e que, ao constituírem formações transnacionais,

desafiam a divisão clássica entre o público e o privado. Para melhor entender essa relação, bem como para também analisar a influência das empresas de segurança transnacionais, é feito um trabalho de entrevistas com forças policiais, representantes das empresas de segurança, governos, clientes de um modo geral e os proprietários, estudando as relações entre as empresas e os atores de segurança estatal, e entre as empresas e a população local.

Surge assim a ideia de desterritorialização das elites internacionais que se contrapõe à centralização da atividade das empresas de segurança privada. Seguindo este pensamento, pode-se dividir a obra em duas partes. A primeira parte analisa as empresas de segurança privada sob uma perspectiva histórica (capítulo 1), levando em consideração fatores neoliberais, a emergência de novos atores na governação da segurança, a trans-nacionalização das empresas de segurança privada consoante o aumento do mercado, as implicações da dicotomia público-privado na configuração da autoridade estatal (capítulo 2), e fazendo, além disso, uma releitura da globalização e da elaboração das “*global security assemblages*” dentro de uma discussão que passa pela construção da triangulação poder-autoridade-territorialidade (capítulo 3). A segunda parte detém-se sobre aos aspectos práticos destes atores, analisando a influência da segurança privada na proteção de empresas públicas, especificamente empresas de extração de petróleo em Angola e de diamantes na Serra Leoa (Capítulo 4), assim como a participação desse tipo de actores de segurança em ambientes urbanos, centrando-se nos casos da Cidade de Cabo e de Nairobi (Capítulo 5). A obra termina com a análise das implicações da globalização da segurança privada na construção das “*global security assemblages*” (Capítulo 6).

Security Beyond the State: Private Security in International Politics apresenta de forma interessante e inovadora a emergente estrutura global de governação da segurança, dando ênfase a fatores normalmente marginalizados, tais como a construção do público e do privado na indução dos processos securitizadores. Além disso, a obra entende a globalização não como uma ameaça à integridade estatal, mas sim como um caminho natural que deve ser entendido no seu papel reconfigurador, buscando-se novas formas de governação e normatização da dinâmica emergente, com o foco na criminologia e na justiça. O fato de tratar a ameaça à soberania como passível de transformação torna o entendimento das “*global security assemblages*” mais fácil.

Porém, para exemplificar as “*assemblages*” são utilizados como exemplo países africanos (Nigéria, Serra Leoa, África do Sul e Quênia), onde existem problemas estruturais quanto à triangulação poder-autoridade-territorialidade, para além de serem Estados em que próprias empresas de segurança internacionais fazem parte da estrutura institucional de formação policial e de segurança. É preciso analisar a aplicabilidade, não tão clara, do conceito de “*global security assemblages*” em contextos diversos, no qual o público e o privado, o local e o global, possuem níveis de interações diferentes dos casos analisados.

Os autores também pecam por não abordar com a devida profundidade o desequilíbrio gerado nesse momento de reconfiguração das estruturas de poder, não deixando claro até que ponto esses “novos” atores transnacionais influenciarão a tomada de decisões relativa às agendas globais de segurança. Apesar disto, a obra ajuda-nos a ter uma compreensão crítica do novo cenário de governação global de segurança, apresentando um leque maior e mais dinâmico de possibilidades de análise das empresas globais de segurança privada, porém não menos estatocêntrico.

Otávio de Melo Neto

otaviocorreia@gmail.com

Doutorando em Relações Internacionais: Política Internacional e Resolução de Conflitos, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Observatório das P@xes

Recursos sobre Segurança Humana

Buzan, Barry (2004), “What is ‘Human Security’? A Reductionist, Idealistic Notion that Adds Little Analytical Value”, *Security Dialogue*, 35(3), 369-370.

Chandler, David; Hynek, Nik (2010), *Critical Perspectives on Human Security: Rethinking Emancipation and Power in International Relations*. London: Routledge.

Edwards, Alice; Ferstman, Carla (eds.) (2010), *Human Security and Non-Citizens: Law, Policy and International Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press.

Kaldor, Mary (2007a), *Human Security: Reflections on Globalisation and Intervention*. Cambridge: Polity.

Kaldor, Mary (2011), “Human Security in Complex Operations”, *Prism*, 2 (2), 3-14.

Martin, Mary; Owen, Taylor (2011), *The Routledge Handbook of Human Security*. London: Routledge.

UNDP (1994), *The Human Development Report: New dimensions of human security*. New York: The United Nations.

<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/>

Waddel, Nicholas; Duffield, Mark (2006), “Securing Humans in a Dangerous World”, *International politics*, 42, 1-23.

The Human Security Gateway

<http://www.humansecuritygateway.com/>

The Human Security Gateway é uma base de dados online, que reúne vários tipos de recursos relacionados com a segurança humana, tais como relatórios, artigos científicos e *fact sheets*. Foi estabelecida com o objetivo de facilitar o acesso aos e às profissionais dos meios académicos, políticos e jornalísticos interessados nestas questões. O enfoque é dado às ameaças que resultam da violência sobre os indivíduos e as sociedades em risco. Este projeto é a iniciativa de *The Human Security Report Project* (HSRP), um centro de investigação independente afiliado com Universidade de Simon Fraser (SFU) em Vancouver, Canadá.

The United Nations Trust Fund for Human Security

<http://ochaonline.un.org/Home/tabid/2097/Default.aspx>

Este fundo foi estabelecido pelo governo Japonês e pelo Secretariado das Nações Unidas (NU) em 1999 com o objetivo de promover a segurança humana através de proteção e fortalecimento das pessoas e das comunidades cuja sobrevivência e dignidade estão ameaçadas. Este organismo atua através de financiamento de projetos executados por outros organismos, estejam estes incluídos ou não no sistema das NU. Os projetos estão na sua maioria ligados à área do desenvolvimento e são implementados em países em desenvolvimento ou que se encontrem numa situação de conflito. Até ao momento foram realizados projetos em mais de 70 países.

The African Human Security Initiative (AHSI)

<http://www.africanreview.org/>

A AHSI representa uma rede que conta com a participação de sete centros de investigação não-governamentais africanos que se reuniram para medir a promoção de segurança humana por parte dos governos africanos. Foram identificados sete compromissos-chave e, na base deles, a investigação está a ser desenvolvida em oito países (Argélia, Etiópia, Gana, Quênia, Nigéria, Senegal, África de Sul e Uganda). Os trabalhos desta iniciativa incidem sobretudo nas seguintes áreas: direitos humanos, democracia e governação, sociedade civil, armamento, *peacekeeping* e resolução de conflitos, combate à corrupção, terrorismo e crime organizado.

Observatório de Segurança Humana

<http://www.segurancahumana.eu>

O observatório representa o espaço de troca de conhecimento e experiências sobre as questões securitárias, principalmente focando a vertente da segurança humana. Este projeto visa a produção de conhecimento relativo as práticas sociais responsáveis pela segurança e insegurança humana, advogando uma agenda política mais abrangente nestas matérias. O objetivo é a promoção de conhecimento relevante na academia e a criação de uma rede de *networking*. Além de ser um espaço para o debate e para a partilha de informação, representa também um meio de produção de conteúdos na área de segurança humana.

International Relations and Security Network

<http://www.isn.ethz.ch>

Esta rede é um serviço de informações global de livre acesso para os profissionais de áreas de Relações Internacionais e de Segurança. Em colaboração com muitos centros universitários, centros de investigação e organizações internacionais, promove o diálogo e facilita cooperação entre as várias entidades, com o fim de promover o livre acesso a ferramentas e matérias relacionados com as questões securitárias. Este projeto é desenvolvido pelo *Center for Security Studies* (CSS), que está localizado no Instituto Federal Suíço de Tecnologia (ETH Zurich). Oferece um vasto leque de literatura na sua biblioteca digital e livre acesso aos cursos na sua área de *e-learning*.

International Crisis Group

<http://www.crisisgroup.org>

Esta organização não-governamental mundialmente reconhecida tem como objetivo a prevenção e a resolução de conflitos. Os seus relatórios são usados tanto pela academia como pelos decisores políticos na definição de estratégias relacionadas com questões de segurança. Os seus recursos são usados por organizações Internacionais como a União Europeia, o Banco Mundial e as Nações Unidas. A incidência política e a publicação de relatórios constituem mecanismos que, desde 1995, têm facilitado a prevenção de conflitos (com as *early alerts* no seu boletim) mas também a sua resolução (ao constituir uma fonte de informação que pode facilitar as negociações entre atores e permitir uma visão singular mas abrangente sobre as várias dinâmicas em jogo).

POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE PORTUGAL E A ALEMANHA NO AFGANISTÃO

Desde 2011 o CES tem estado envolvido num projeto conjunto com a Universidade de Marburg (Alemanha) sobre *Políticas de Intervenção – Uma comparação do envolvimento de política externa alemão e português na Ásia Central / Sul*. Este projeto de dois anos, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) em Portugal e pelo [Deutscher Akademischer Austausch Dienst](#) (DAAD) na Alemanha, investiga as políticas e práticas de intervenção de Portugal e da Alemanha no Afeganistão, tendo em atenção (i) as tensões em cada país entre objetivos de segurança e agendas de desenvolvimento, (ii) as relações destes com as políticas e práticas da União Europeia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e (iii) a medida em que estas tensões são exacerbadas por narrativas e políticas hegemónicas dos Estados Unidos da América para a região. Além do mais, pretende sublinhar a necessidade de avançar na discussão sobre o Afeganistão para além de questões de implementação no terreno, e tomar em consideração o processo complexo de *formulação* de política em contextos nacionais, sob condições de relativa dependência e interligação de políticas. Na prática, o projeto tem envolvido a consolidação de contactos entre investigadores portugueses e alemães que trabalham no tema em ambos os países. Já foram realizadas várias entrevistas – cerca de 50 – a decisores políticos ao mais alto nível dos ramos executivo e legislativo, militares de alta patente com experiência no Afeganistão, fazedores de opinião, académicos e analistas de *think-tanks* em ambos os países. Estas entrevistas semiestruturadas focaram essencialmente a formulação de política externa e no processo de decisão relativo à intervenção internacional no Afeganistão.

Além das entrevistas, foi também possível reunir e discutir uma quantidade significativa de informação numa sessão fechada organizada no CES-Lisboa a 13 de Setembro de 2011. Esta reunião restrita – seguida de uma conferência pública sobre a intervenção de Portugal e da Alemanha no Afeganistão – foi

fundamental para a evolução do projeto uma vez que quer participantes alemães quer portugueses (incluindo atuais e/ou anteriores decisores e decisoras políticos e militares) tiveram oportunidade de partilhar experiências e perspetivas em primeira mão, seguindo as regras *Chatham House*. A discussão incluiu temas como a relevância da intervenção no Afeganistão para reajustar o conceito de intervenção internacional; uma crítica ampla à ausência de uma abordagem compreensiva na sua concepção; uma listagem de abordagens, estratégias, objetivos e implicações da decisão para intervir; os debates em Portugal e na Alemanha sobre a responsabilidade e legitimidade da sua participação na intervenção; e uma análise dos objetivos e interesses de atores regionais (Irão, Paquistão, China) e organizações internacionais (como a UE e as Nações Unidas).

A identificação de similaridades e diferenças entre as decisões e abordagens da Alemanha e de Portugal está atualmente a ser trabalhada pelas equipas com vista à publicação de um artigo. Adicionalmente, a equipa portuguesa está a preparar um artigo sobre as motivações, dinâmicas de decisão, e temas associados à operacionalização e mandatos, avaliando o compromisso e potencial contribuição de Portugal, bem como a forma como esta é definida e afetada pela integração do país em estruturas internacionais, em particular na Aliança Atlântica, mas também na UE.

Durante a recente visita da equipa portuguesa a Marburg (Fevereiro de 2012) foi possível discutir e partilhar estas ideias com um público alemão, numa *workshop* sobre *“Western Intervention Policies towards Afghanistan and Pakistan – Strategies, Challenges and Perspectives”*. Uma das principais ideias discutidas – e que gerou muito interesse do público – foi o parco interesse que o envio de forças armadas portuguesas tem suscitado no espaço público nacional, quando comparado ao enorme impacto que a participação alemã encontra junto da opinião pública do país. Relacionado com este aspeto está o papel limitado do Parlamento português na definição e acompanhamento das decisões que dizem respeito à participação do país na

**Estudos sobre
a P@X**

International Security Assistance Force (ISAF), também bastante distinto do papel muito relevante desempenhado pelo Parlamento alemão. Por fim, enquanto no caso português tem havido grande preocupação com a contribuição para o esforço de guerra e reconstrução, seguindo o que pode ser entendido como uma abordagem 'holística', a participação alemã tem sido mais centrada na *raison d'être* da sua presença no país, promovendo uma agenda de desenvolvimento mais autónoma, numa lógica que poderia ser definida como mais 'atomista'.

Contudo, apesar de estes três temas claramente afastarem os casos português e alemão, há um conjunto alargado de características comuns que ambos os países partilham relativamente à intervenção no Afeganistão: de uma lógica inicial de apoio à retaliação dos Estados Unidos da América no pós-11 de Setembro a um discurso geral de apoio ao esforço de guerra em nome da segurança internacional, quer a participação portuguesa quer a alemã no Afeganistão são informadas por um entendimento do seu papel nesse país como primariamente ligado ao seu compromisso com a segurança no espaço euro-atlântico, i.e., ao seu compromisso com uma ordem internacional particular.

André Barrinha, Maria Raquel Freire*, Paula Duarte Lopes* e Pascoal Pereira***

abarrinha@fe.uc.pt

rfreire@fe.uc.pt

pdl@fe.uc.pt

pascoalpereira@ces.uc.pt

* Professores de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadores do Centro de Estudos Sociais.

** Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

**Estudos sobre
a P@X**

O SER HUMANO E A SEGURANÇA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PESSOAIS

Concentremo-nos num período particularmente importante: a Guerra Fria, com a implosão da União Soviética, e os seus dois principais atores: a NATO e a URSS. Isto porque se um dos atores se desvaneceu, o outro sobreviveu e com o seu paradigma.

Quando o Muro de Berlim caiu, e não havia tanques soviéticos a postos para invadir a Europa, posso afirmar que o paradigma de defesa da NATO, sobre o qual todo o nosso conhecimento do inimigo-União Soviética se construía e disseminava de forma hegemónica, representava realmente um protocolo-paradigma-grelha de análise e interpretação estruturado.

Como é que o paradigma da NATO explicou a implosão da União Soviética? É interessante que em 2005 Edward A. Kolodziej, no seu “Security and International Relations”, deu uma resposta: nenhuma teoria das Relações Internacionais foi capaz de explicar os fatos que trouxeram uma “contra-revolução” e a implosão da União Soviética.

Não só as teorias de Relações Internacionais (RI) eram demasiado estáticas em adaptar-se aos tempos e ao novo ambiente, como o paradigma da NATO estava completamente fossilizado num conceito de defesa, que monopolizava a interpretação do conceito de segurança ao impor uma equação simples: segurança = solução militar. Posso concluir que o objetivo do paradigma da NATO era não só abordar as questões da defesa, antes sendo (como ainda é) um paradigma-narrativa auto-referencial com o objetivo de reforçar a sua própria estrutura.

Se bem me lembro, a antiga URSS não foi atacada por nenhuma Estado nem sequer atacou diretamente nenhum membro da NATO (o artigo 5.º do acordo da NATO nunca foi invocado). Mas utilizei a palavra “contra-revolução” – porquê? Nem todas as contra-revoluções têm de ter a imagem estereotipada de sangue e armas.

Foi uma contra-revolução no sentido em que da “geração da revolução” (1917) à “implosão da geração” (1989), nestes 72 anos, quase três gerações perderam a fé naquilo que faziam. Não só como consequência do regime totalitário soviético ao qual se encontravam submetidos, mas porque começaram a ver-ouvir-ler, e por isso a ter outras expectativas relativamente ao que se passava fora do território soviético.

Se qualquer revolução transporta consigo um sonho, o povo soviético começou a sonhar um sonho diferente do oficial: uma contra-revolução na mudança do sonho.

Aparentemente, em todas as intervenções militares nas quais os países da NATO participaram após a implosão da URSS, o protocolo-paradigma da NATO para a Guerra Fria manteve-se inalterado. Claro que me podem responder que a NATO produziu dois Conceitos Estratégicos (1999 e 2010) para se ajustar à realidade do novo mundo, de forma a proteger os interesses dos países da NATO. Mas então e a certificação-protocolo para o aspecto “societal” na “zona de stress múltipla” onde as forças da NATO poderiam vir a operar num futuro próximo? Ao ler o mais recente “Active Engagement, Modern Defence”, que constitui o “Novo Conceito Estratégico da NATO”, através das lentes de Foucault, tenho a certeza que se vão surpreender por terem à vossa frente um “texto militar” que pode ser lido como um texto médico. Um “Active Engagement” que, enquanto presta tanta atenção à saúde dos territórios e populações da NATO (o sistema da NATO), mostra um completo desinteresse pelos “corpos” que pertencem às “áreas não-NATO”, onde as potenciais crises podem afectar os interesses dos países da NATO. Uma abordagem muito “NATO-etno-auto-referencial-cêntrica”, em minha opinião.

Assim, a narrativa do novo conceito estratégico da NATO constrói a lente de um novo paradigma através da qual podemos ver

**Estudos sobre
a P@X**

a insegurança e o conseqüente remédio para a saúde da nossa segurança (Nós-Sistema NATO). No entanto, este protocolo não oferece nenhuma chave para esta abordagem, sobre como desenvolver um paradigma de forma a perceber o que se passa nas sociedades e modos de vida não-NATO (as que aparentemente podem ser uma fonte de instabilidade para os países da NATO, e por isso insalubres).

De que forma vão as forças da NATO operar em emergências complexas sem perceber não só os atores-agências envolvidos nestes conflitos/novas guerras, mas o próprio dinamismo do confronto-conflito armado dentro de um sistema simbólico-cultural determinado? “Ignorar o processo através do qual as pessoas chegaram (e se calhar continuam a chegar) àquela posição ou situação extremas” (Keen, 2009:174).

Nos últimos anos fomos familiarizando com conceitos dos conflitos armados tais como “Novas & Velhas Guerras” (Kaldor, 2006), “War amongst people” (Smith, 2005), “Large group identity-conflict” (Volkan, 2004) e “Guerras Híbridas” (McCuen, 2008), que começaram a chamar a atenção para o “fator humano” nas dinâmicas dos conflitos. Será que o novo paradigma da NATO está a utilizar a narrativa dos “critical security studies” de forma a abranger uma realidade hermenêutica “estratégica”, para regressar à equação: “segurança = problema-solução militar”?

Não se trata apenas de um problema do ambiente militar; trata-se de um protocolo de conhecimento que também deve ser válido para o ambiente académico. Quantos “especialistas” regionais estão a escrever *papers*, artigos e livros sem qualquer conhecimento do ambiente local, societal e cultural-social sobre o qual supostamente escrevem, reproduzindo os mesmos paradigmas superficiais do período da Guerra Fria que não conseguiram explicar nada?

Se todos os paradigmas de RI têm por objetivo ser uma descrição científica do que está a acontecer dentro de um laboratório humano, posso afirmar que subestimaram completamente a importância do “fator humano”. Não deve ser difícil identificar pelo menos a dimensão mais simples do ser humano, basta abrir um jornal de

cultura ocidental e, na página do horóscopo, sob cada signo, não-de encontrar tudo isto: amor, trabalho, dinheiro, saúde e família. Será que estas dimensões apenas são válidas para Nós-NATO?

Em suma, nós, estudiosos-analistas de Segurança temos de abordar a nossa área de investigação com uma mente aberta, com o objetivo de produzir alguma coisa que vá ajudar o ser humano, e por isso não só a Nós-NATO, a emancipar-se. Devemos ter a capacidade de trabalhar com um paradigma “líquido” que constantemente ponha em causa as perguntas típicas:

- O que está a ser assegurado?
- Assegurado contra o quê? Quem são os inimigos?
- Quem fornece a segurança?
- Que métodos podem ser utilizados para a assegurar?

É exatamente neste paradigma “líquido” onde o “fator humano” encontrou o seu lugar principal que podemos refocar a nossa lente e olhar para os acontecimentos com um “olhar cosmopolita” que combine o local e o internacional, porque ambos se influenciam e ligam mutuamente.

É por isso uma decisão pessoal nossa, enquanto seres humanos livres: “podemos decidir estudar (a segurança) de forma a replicar uma política mundial que não funciona em relação a inúmeros milhões de seres humanos nossos companheiros; ou podemos decidir estudar de forma a tentar ajudar a aliviar os constrangimentos que a insegurança que determina a vida provoca nos corpos e mentes das pessoas nas vilas e cidades, regiões e Estados reais” (Booth, 2005:276).

Giovanni Ercolani

drercolani@yahoo.co.uk

Giovanni Ercolani é orientador de teses no “Peace Operations Training Institute-POTI” (EUA) e professor independente de Antropologia Política e Estudos de Segurança.

**Estudos sobre
a P@X**

Referências:

Booth, Ken (2005), *Critical Security Studies and the World Politics*. London: Lynne Rienner Publishers.

Kaldor, Mary (2010), *New & Old Wars – Organized Violence in a Global Era*. Cambridge: Polity.

Keeb, David (2009), *Complex Emergencies*. Cambridge: Polity.

McCuen, John J (2008), "Hybrid Wars", *Military Review*. Available at: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/mccuen08marapr.pdf>

NATO's New Strategic Concept, Available at: http://www.nato.int/strategic-concept/pdf/Strat_Concept_web_en.pdf

Smith, Rupert (2005), *The Utility of Force – The Art of War in the Modern World*. London: Penguin Books.

Volkan, Vamik (2004), *Blind Trust: Large Groups and Their Leaders in Times of Crisis and Terror*. Virginia: Pitchstone Publishing.

*** Traduzido por Carla Luís, Doutoranda em Relações Internacionais: Política Internacional e Resolução de Conflitos, Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

No sótão dos Estudos para a Paz

PublicaçõesEP

Afonso, Carla; Cardoso, Katia; Santos, Rita; Roque, Sílvia; Moura, Tatiana (2012), *Youth and Urban Violence in San Salvador, Rio de Janeiro and Praia: Public policies, community-based responses and recommendations*. Brussels: IfP-EW. Disponível em <http://www.ifp-ew.eu/publications/index.php>

Cardoso, Katia (2012), "De volta à pátria? Os deportados Cabo-verdianos dos Estados Unidos da América". In Iolanda Évora e Sónia Frias (org.), in progress - Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África. Lisboa: CEsa, 63-77. Disponível em <http://pascal.iseq.utl.pt/~cesa/index.php/pt/menupublicacoes/e-book/195>

Cravo, Teresa (2011), "Consolidating Partnerships: History and Geopolitics in Portugal's Twenty-first Century Foreign Policy". In Sebastián Royo (ed.), *Portugal in the 21st Century: Politics, Society and Economics*. Lanham, MD: Lexington Books, a division of Rowman & Littlefield Publishing Group, 2011, pp.215-244.

Freire, Maria Raquel; Kanet, Roger E. (coord.) (2012), *Russia and Its Near Neighbours: Identity, Interests and Foreign Policy*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.

Kanet, Roger E.; **Freire, Maria Raquel** (coord.) (2012), *Russia and European Security*. Dordrecht: Republic of Letters Publishing.

Pureza, José Manuel (2012), "Humanitarismo, segurança humana e benignidade da dominação". In Observare - Observatório de Relações Exteriores (org.), *Actas do I Congresso Internacional do Observare*. Lisboa: UAL.

Pureza, José Manuel (2012), "Europa: imaginação e punição", *Le Monde Diplomatique - edição portuguesa*, 8-9.

Roque, Sílvia (2011), *Um retrato da violência contra mulheres na Guiné-Bissau*. Bissau: Governo da República da Guiné-Bissau/Nações Unidas. Disponível em www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/907_VAW_study_completed_FINAL.pdf

SETEMBRO**JANEIRO**

Daniela Nascimento foi **Visiting Scholar** na Escola de Cultura de Paz, Universidade Autónoma de Barcelona (Financiamento - Bolsa Ibero-Americana para Jovens Docentes e Investigadores, Santander Totta/Universidade de Coimbra) durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2012.

Teresa Cravo foi **Investigadora Convidada** na Universidade de Monash, Faculdade de Economia e Gestão, Melbourne, Austrália, no mês de Janeiro de 2012.

José Manuel Pureza comentou a conferência “**Political and Religious Challenges Facing European Muslims**”, de Tariq Ramadan, Fundação Calouste Gulbenkian, 5 de Janeiro de 2012.

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**Vida e obra de Johan Galtung**”, II Ciclo Vidas e Vozes – Debates Contemporâneos, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 21 de Janeiro de 2012.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Rússia, Ucrânia e a Segurança Europeia**”, Curso de Defesa Nacional 2011/2012, Instituto de Defesa Nacional (IDN), Porto, 23 de Janeiro de 2012.

André Barrinha apresentou a comunicação “**Turquia**”, Seminário “Portugal e o Médio Oriente”, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional e pelo Instituto Português de Relações Internacionais, Lisboa, 26 Janeiro de 2012.

FEVEREIRO

Teresa Cravo prestou provas de doutoramento em Política e Estudos Internacionais com a tese “**What’s in a Label? The Aid Community’s Representations of Success and Failure in Mozambique and Guinea-Bissau**”, Departamento de Política e Estudos Internacionais, Universidade de Cambridge, Fevereiro de 2012.

Maria Raquel Freire, Paula Duarte Lopes apresentaram a comunicação “**Portuguese participation in military operations: the case of Afghanistan**”, Workshop “**Western Intervention Policies Towards Afghanistan and Pakistan – Strategies, Challenges and Perspectives**”, Universidade de Marburgo, 3 de Fevereiro de 2012.

Teresa Cunha apresentou a palestra “**Economias de abundância: um pesadelo para a crise**”, no âmbito

do mestrado 'Direito à Alimentação e Desenvolvimento Rural', ESAC, 11 de Fevereiro de 2011.

Teresa Cunha apresentou a comunicação “**As memórias e as guerras em Timor-Leste: esquecimentos, brutalidades, aprendizagem e poder das mulheres**”, Colóquio “Timor-Leste: colonialismo, descolonização e lusotopia”, Espaço por Timor, Lisboa, 25 de Fevereiro de 2012.

André Barrinha apresentou a comunicação “**Realismo e Estudos de Segurança**”, Portugal Security Studies Network, Universidade Autónoma de Lisboa, 29 de Fevereiro de 2012.

MARÇO

André Barrinha apresentou a “**Realismo e intervenções militares**” no VI Congresso da APCP, 1-3 Março de 2012.

Licínia Simão apresentou a comunicação “**A União Europeia e a resolução de conflitos: que mudanças depois do Tratado de Lisboa?**” no VI Congresso da APCP, Lisboa, entre 1-3 de Março de 2012.

Maria Raquel Freire, António Leitão, **Paula Duarte Lopes** apresentaram a comunicação “**Construção da Paz em Timor-Leste: uma análise das dinâmicas de política externa portuguesa**”, Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, Lisboa, ISCSP, 1-3 de Março de 2012.

Maria Raquel Freire apresentou a Aula-conferência “**A nova Rússia: evolução da política externa num contexto internacional em mudança**”, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), 1 de Março de 2012.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**As redes sociais como novos espaços de mobilização, contestação e poder?**” (com Ramon Blanco), VI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política, ISCSP-Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2 de Março de 2012.

Sofia José Santos apresentou a sessão “**Do Family Guy ao Twitter: media, violências e interculturalidade**”, na Escola Secundária Emídio Navarro em Viseu, no âmbito do Projeto “O CES vai à Escola”, 8 de Março de 2012.

Katia Cardoso apresentou a sessão “**Quando o sonho americano é interrompido. O impacto da deportação na vida dos imigrantes**”, no âmbito do “CES vai à escola”, Agrupamento de Escolas de Soure, 15 de Março de 2012.

Katia Cardoso participou no Seminário “**Na Grande Área: Futebol e Sociedade**”, no âmbito do Ciclo Saberes em Diálogo, CES, Coimbra, 19 de Março de 2012.

Sofia José Santos esteve em trabalho de campo em Londres no âmbito do Projeto “**Mulheres, Paz e Segurança: a implementação da Resolução 1325 do CSNU em Portugal**”, de 15 a 18 de Março de 2012.